



## Matéria Legislativa VETO - 011/2026

---

**De:** Camila F. - DVLEG

**Para:** DVLEG - Divisão de Serviços Legislativos

**Data:** 06/04/2026 às 13:02:51

**Setores (CC):**

DVLEG

**Setores envolvidos:**

DVLEG, CCJR, PGL, GABVER, GABVER, GABVER

### VETO Integral ao Autógrafo de Lei nº 016/2026 referente ao Projeto de Lei nº 115/2025

---

---

**Veto N°\*:**

011

**Ementa\*:**

VETO Integral ao Autógrafo de Lei nº 016/2026 referente ao Projeto de Lei nº 115/2025

---

#### SECRETARIA LEGISLATIVA

Recebida e protocolada a presente matéria nesta Secretaria Legislativa, ficando o respectivo **Processo Legislativo Eletrônico** regularmente autuado, reunindo todos os atos e documentos pertinentes à sua tramitação, nos termos do **art. 39, §§ 1º e 2º, da Lei Orgânica do Município**, e dos **arts. 125-A a 132-A da Resolução nº 001/1991 – Regimento Interno**.

Proceda-se à conferência formal da proposição, à sua publicação no Expediente e às demais providências iniciais cabíveis, encaminhando-se, na sequência, o processo à Procuradoria Jurídica para análise e emissão de parecer.

—  
Camila Roberta Ferreira

Agente de Serviços Legislativos e Serviços de Apoio ao Plenário

div.legislativa@embuguacu.sp.leg.br

**Anexos:**

VETO\_0112026\_Oficio\_n\_0312026\_VETO\_INTEGRAL\_ao\_Aut\_0162026.pdf



Embu-Guaçu, 24 de Março de 2026.

OFÍCIO Nº 031/2026/AD.

REF: Veto integral ao Autógrafo nº  
016/2026.

Senhor Presidente,


Com meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que, decido pelo VETO INTEGRAL ao Autógrafo nº 016/2026, correspondente ao Projeto de Lei nº 115/2025, de autoria do Vereador Maicon Siqueira, que Institui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Embu-Guaçu o “Campeonato Municipal de Malha” e dá outras providências.

O veto se fundamenta em parecer jurídico opinativo, pois padece de inconstitucionalidade formal.

As razões que embasam o presente veto seguem anexas para análise e apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, conforme preceitua a Lei Orgânica do Município.

Sem outro particular, ao ensejo transmitimos nossas respeitadas saudações.

Atenciosamente,

  
Francisco José do Nascimento  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.  
João Domingues Mendes  
D.D. Presidente da Câmara Municipal de Embu Guaçu  
Embu Guaçu – SP

Rua Cel. Luiz Tenório de Brito, 458 – Embu-Guaçu – SP – CEP 06900-000 email: [administracao@eg.sp.gov.br](mailto:administracao@eg.sp.gov.br)



PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU GUAÇU

**EMENTA - PARECER JURÍDICO. AUTÓGRAFO DE LEI MUNICIPAL. INICIATIVA PARLAMENTAR. INSTITUIÇÃO DE EVENTO NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. CRIAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES E POTENCIAL DESPESA PARA O PODER EXECUTIVO. VÍCIO DE INICIATIVA. INGERÊNCIA NAS ATRIBUIÇÕES TÍPICAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO E HARMONIA DOS PODERES. AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO. AFRONTA À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LC 101/2000) E AO ART. 113 DO ADCT DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL. RECOMENDAÇÃO PELO VETO INTEGRAL.**

**PARECER 042/2026**

**I. Relatório**

Trata-se de análise do **Autógrafo nº 016/2026**, de iniciativa parlamentar, que visa instituir o “Campeonato Municipal de Malha” no Calendário Oficial de Eventos do Município de Embu-Guaçu.

O projeto de lei estabelece os objetivos do evento e, em seu artigo 3º, dispõe que sua realização "poderá contar com o apoio da Administração Pública Municipal, respeitada a legislação vigente, especialmente no que se refere à infraestrutura, logística, segurança, divulgação e premiações".

A análise recai sobre a constitucionalidade e legalidade da proposição, considerando a Lei Orgânica do Município, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), a boa técnica legislativa e os princípios constitucionais, notadamente o da separação dos poderes.

**II. Fundamentação**

O Autógrafo nº 016/2026, embora louvável em seus objetivos de fomento ao esporte e à cultura, apresenta vícios insanáveis de natureza formal e material que maculam sua validade jurídica.

## a) Vício de Iniciativa e Violação à Separação dos Poderes

A proposição legislativa, ao instituir um evento e prever o apoio da Administração Municipal em sua execução, interfere diretamente em matéria de competência privativa do Chefe do Poder Executivo. A organização e a gestão da administração pública, incluindo a criação e a execução de programas e eventos, são atribuições inerentes ao Prefeito.

Ao determinar, ainda que de forma autorizativa ("poderá contar com o apoio"), a alocação de recursos públicos (infraestrutura, logística, segurança, etc.), o Poder Legislativo avança sobre a esfera de discricionariedade administrativa do Poder Executivo, violando o princípio da separação e harmonia dos poderes, consagrado no artigo 2º da Constituição Federal e replicado na Lei Orgânica municipal.

A jurisprudência é pacífica em reconhecer a inconstitucionalidade de leis de iniciativa parlamentar que criam ou alteram a estrutura e as atribuições de órgãos da administração ou que, de qualquer forma, configurem atos de gestão.

Nesse sentido, destaca-se o entendimento do **Tribunal de Justiça de São Paulo**:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI Nº 6.456, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2023, QUE AUTORIZA A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INCLUSÃO ESCOLAR "ABA" PARA CRIANÇAS COM AUTISMO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CATANDUVA – VIOLAÇÃO À INDEPENDÊNCIA E HARMONIA DOS PODERES – INVASÃO DE MATÉRIA RESERVADA À ADMINISTRAÇÃO. 1. Lei de iniciativa parlamentar que autoriza a Administração Municipal a (a) incluir, na Rede Municipal de Ensino, o Sistema de Inclusão Escolar baseado na técnica ABA – Análise do Comportamento Aplicada, para crianças e adolescentes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista – TEA e (b) avaliar estabelecimentos de ensino que já contam com estrutura física e de pessoal para iniciar gradativamente a inclusão prevista na norma legal. Desnecessidade de autorização legislativa. Admitir a autorização pressupõe admitir também a desautorização, o que é impensável e evidencia invasão de competência administrativa e ofensa ao postulado da separação, independência e harmonia entre os Poderes. Violação ao art. 5º da Constituição Estadual. 2. Lei que invade a esfera administrativa dizendo qual órgão do Poder Executivo ficará incumbido de realizar parcerias com faculdades, associações e instituições para capacitação de profissionais de diversas áreas, dispondo sobre a forma como se dará a participação dessas entidades, retirando do Executivo o poder de escolha e decisão, em clara ofensa à separação dos Poderes. Intromissão em atos de gestão e gerência de políticas públicas. Ofensa à reserva da Administração (art. 47, II e XIV, da CE). Precedentes. Ação direta de inconstitucionalidade procedente."

(TJ-SP - Direta de Inconstitucionalidade: 23476503320238260000 São Paulo, Relator: Décio Notarangeli, Data de Julgamento: 21/08/2024, Órgão Especial,

Data de Publicação: 09/09/2024)

## b) Criação de Despesa sem Previsão de Impacto Orçamentário-Financeiro

O artigo 3º do autógrafo, ao prever o apoio do Poder Executivo com infraestrutura, logística, segurança e premiações, cria, de forma inequívoca, novas despesas para o erário municipal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e o artigo 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal exigem que toda proposição legislativa que crie ou aumente despesa obrigatória seja acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

A ausência de tal estudo no processo legislativo que deu origem ao autógrafo configura vício formal insanável, pois impede a análise da sustentabilidade fiscal da nova obrigação imposta ao município.

A jurisprudência dos tribunais superiores é firme quanto à obrigatoriedade dessa exigência para todos os entes federativos, como se observa em decisão do **Supremo Tribunal Federal**:

“Ementa: Direito Constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Lei estadual sobre revisão geral de vencimentos. Matérias diversas inseridas por emenda parlamentar. I. Caso em exame 1. Ação direta contra dispositivos da Lei nº 24.035/2022, do Estado de Minas Gerais, que dispõem sobre: (i) a revisão de vencimentos de algumas categorias de servidores públicos; (ii) a percepção de auxílio social por parcela dos inativos e pensionistas do Estado; e (iii) a concessão de anistia para faltas de servidores da educação que participaram do movimento grevista no ano de 2022. 2. Os dispositivos impugnados foram introduzidos por emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa do Governador que originalmente tratava da revisão geral anual dos subsídios e do vencimento básico de servidores do Poder Executivo. Embora o Governador os tenha vetado, a Assembleia Legislativa derrubou o veto. II. Questão em discussão 3. A questão em discussão consiste em saber se há vício de inconstitucionalidade formal, por dois motivos. Primeiro, por vício de iniciativa (art. 61, § 1º, II, a e c, da CF/1988) e, segundo, por ausência de estimativa de impacto orçamentário e financeiro do projeto de lei (art. 113 do ADCT). III. Razões de decidir 4. Vício de iniciativa (art. 61, § 1º, II, a e c, da CF/1988). É inconstitucional, por vício de iniciativa, dispositivos de lei originados de emenda parlamentar que acarretem aumento de despesas para o Poder Executivo e não guardem pertinência temática com a proposição legislativa original. 5. Ausência de estudo de impacto orçamentário e financeiro (art. 113 do ADCT). É inconstitucional, por violação ao art. 113 do ADCT, o dispositivo de lei que importe em aumento de despesa para o Poder Executivo, que decorra de proposição legislativa desacompanhada de estimativa de impacto orçamentário e financeiro. IV. Dispositivo e tese 6. Pedido procedente, para declarar a inconstitucionalidade dos arts. 10 e 11 da Lei nº 24.035/2022, do Estado de Minas Gerais Teses de julgamento: “1. É

inconstitucional dispositivo de lei decorrente de emenda parlamentar que trata de matéria reservada ao Chefe do Poder Executivo. 2. É inconstitucional dispositivo de lei que importe em aumento de despesa sem que tenha sido realizada a estimativa de impacto orçamentário no processo legislativo.” Dispositivos relevantes citados: CF/1988, arts. art. 61, § 1º, II, a e c; ADCT, art. 113. Jurisprudência relevante citada: ADI 546, Rel. Min. Moreira Alves (2000); ADI 973-MC, Rel. Min. Celso de Mello (2006); ADI 2.305, Rel. Min. Cezar Peluso (2011); ADI 1.333, Rel. Min. Cármen Lúcia (2014); ADI 3.655, sob a minha relatoria, (2016); RE 745.811 RG, Rel. Min. Gilmar Mendes (2013); ADI 4.884, Rel. Min. Rosa Weber (2017); ADI 6.303, sob a minha relatoria (2022).

(STF - ADI: 00000000000000007145 MG - MINAS GERAIS, Relator: Min. LUÍS ROBERTO BARROSO, Data de Julgamento: 13/10/2025, Tribunal Pleno, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 17-10-2025 PUBLIC 20-10-2025)

### III. Conclusão

Diante do exposto, o Autógrafo nº 016/2026 padece de **inconstitucionalidade formal**, por dois motivos:

**Vício de iniciativa**, ao legislar sobre matéria de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, violando o princípio da separação dos poderes.

**Ausência da estimativa de impacto orçamentário e financeiro**, em afronta direta ao art. 113 do ADCT e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Opina-se, portanto, pelo **veto jurídico integral** à proposição, por ser contrária à Constituição Federal e à legislação vigente.

Este é o parecer.

Embu-Guaçu, 23 de março de 2026.

**Danilo Atalla Pereira**  
**Procurador do Município**  
**OAB/SP 172.480**

<b>Ciente PROCURADORA GERAL</b>	<b>DECISÃO PREFEITO MUNICIPAL</b>
<b>Priscilla Ap. Moraes da Silva</b> <b>OAB/SP 287.902</b>	<b>Francisco José do Nascimento</b>



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Atalla Pereira, Procurador(a) do Município**, em 23/03/2026, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Aparecida Moraes da Silva, Procurador(a) Geral do Município**, em 24/03/2026, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco José do Nascimento, Prefeito**, em 24/03/2026, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://cidades.sei.sp.gov.br/rasaopaulo/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://cidades.sei.sp.gov.br/rasaopaulo/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0891975** e o código CRC **59B263DF**.

**Matéria Legislativa VETO - 1- 011/2026**

**De:** Camila F. - DVLEG

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 06/04/2026 às 13:03:20

Matéria publicada no Expediente da 9ª Sessão Ordinária de 2026.

—

**Camila Roberta Ferreira**

**Agente de Serviços Legislativos e Serviços de Apoio ao Plenário**

**div.legislativa@embuguacu.sp.leg.br**

**Anexos:**

EXP\_0092026\_publicacao\_assinado.pdf



# CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

### EXPEDIENTE EM GERAL 09ª SESSÃO ORDINÁRIA

A CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU, torna público o **EXPEDIENTE DA 09ª SESSÃO ORDINÁRIA**, contendo as matérias apresentadas pelos Poderes Executivo e Legislativo, conforme segue:

**Sessão:** 09ª Sessão Ordinária

**Data:** 2 de abril de 2026

**Horário:** 10h

**Local:** Plenário da Câmara Municipal de Embu-Guaçu

#### SECRETARIA LEGISLATIVA

- CERTIDÃO DE UNIFICAÇÃO DE DENÚNCIAS - 09ª Sessão Ordinária

#### MATÉRIAS DO PODER EXECUTIVO

- VETO nº 007/2026 - VETO Integral ao Autógrafo de Lei nº 009/2026 referente ao Projeto de Lei nº 092/2025.
- VETO nº 008/2026 - VETO Integral ao Autógrafo de Lei nº 011/2026 referente ao Projeto de Lei nº 095/2025.
- VETO nº 009/2026 - VETO Integral ao Autógrafo de Lei nº 014/2026 referente ao Projeto de Lei nº 099/2025.
- VETO nº 010/2026 - VETO Parcial ao Autógrafo de Lei nº 015/2026 referente ao Projeto de Lei nº 108/2025.
- VETO nº 011/2026 - VETO Integral ao Autógrafo de Lei nº 016/2026 referente ao Projeto de Lei nº 115/2025.
- VETO nº 012/2026 - VETO Integral ao Autógrafo de Lei nº 017/2026 referente ao Projeto de Lei nº 117/2025.

#### MATÉRIAS DO PODER LEGISLATIVO

##### 1. Proposituras de autoria do Vereador Carlos Tatto

- Requerimento nº 171/2026 - ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para que, por meio do setor competente, preste informações.

*Documento assinado eletronicamente nos termos da legislação vigente.*

Rua Emília Pires, 135 - Embu-Guaçu - SP - CEP 06900-130  
Telefone: 4662-1650 - e-mail [camara@embuguacu.sp.leg.br](mailto:camara@embuguacu.sp.leg.br)

1Doc: Matéria Legislativa VETO - 011/2026 | Anexo: EXP\_0092026\_publicacao\_assinado.pdf (1/9)

Assinado por 1 pessoa: LUIZ FERNANDO FERREIRA DE SOUZA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cmembuguacu.1doc.com.br/verificacao/2E96-4A88-052F-C46D> e informe o código 2E96-4A88-052F-C46D





# CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

- Indicação 188/2026 - Ao Secretário Municipal de Infraestrutura - poda e roçagem do mato na margem da Rua Doutor André Stuchi, na altura do nº 184.
- Indicação 189/2026 - Ao Secretário Municipal de Infraestrutura - manutenção de iluminação pública nas vias: • Rua Dona Rosa Vieira • Rua das Palmeiras • Estrada Mina de Ouro, na Estrada do Contorno próximo ao Bairro Filipino.
- Indicação 190/2026 - Ao Secretário Municipal de Infraestrutura, manutenção viária, motonivelamento e cascalhamento nas vias • Estrada Antonio Gerassi • Estrada João Antônio Domingues Senior • Rua José Vieira de Moraes • Rua Salvador da Conceição • Rua José Policano • Rua Salvino Antonio Pires • Estrada Cecília Freiberg Maier • Rua Dona Rosa Vieira • Rua Carmelita Rita Santos Nunes • Rua Henrique Schunck Branco • Estrada da Olaria; • Estrada do Itararé. • Rua São Benedito • Estrada do Jaceguava • Rua Arlindo dos Santos • Estrada Doutor Marcial Herculino de Holanda (Estrada Principal) • Estrada do Celi, nº 1630 – Lot. Vale Florido • Rua Antônio de Oliveira Lira • Rua Flor de Miosotis • Rua Flor de Lis • Rua Jasmim Branco • Rua Sempre Viva • Rua Amor Perfeito • Rua Franciele Ramalho Silva • Rua Lírio do Vale • Rua Flores do Campo • Rua Vitória Régia • Estrada Montes Altos • Rua Gardênias – Lot. Vale Florido • Rua Caliandra – Lot. Vale Florido • Rua Bonina
- Indicação 213/2026 - Ao Secretário Municipal de Infraestrutura - motonivelamento e cascalhamento, na Rua Silvério Antônio Garcia.

### 2. Proposituras de autoria do Vereador Clebinho Jogador

- Projeto de lei nº 024/2026 - Institui a Política Municipal de Proteção de Crianças e Adolescentes nos Ambientes Digitais e de Jogos Online no Município de Embu-Guaçu, estabelece diretrizes para a prevenção da dependência digital, do cyberbullying e da exploração sexual por meio de jogos eletrônicos, cria o Dia Municipal de Segurança Digital Infantojuvenil, e dá outras providências.

### 3. Proposituras de autoria do Vereador David Reis

- Moção 016/2026 - Moção de Apelo ao Poder Executivo Municipal para a implantação de "Salas de Apoio à Amamentação" em todas as unidades de ensino infantil (creches) da rede pública e conveniada.
- Moção 017/2026 - Moção de Apelo ao Poder Executivo Municipal para a digitalização integral do Arquivo Morto da Prefeitura
- Moção 018/2026 - Moção de Apelo ao Chefe do Poder Executivo Municipal e à Secretaria Municipal de Segurança Pública, para implantação da Política Municipal de Segurança Pública e Defesa Social
- Moção 019/2025 - Moção de Apelo para SABESP para obras de saneamento básico no bairro do Lagoa Grande

*Documento assinado eletronicamente nos termos da legislação vigente.*

Rua Emília Pires, 135 - Embu-Guaçu - SP - CEP 06900-130  
Telefone: 4662-1650 - e-mail [camara@embuguacu.sp.leg.br](mailto:camara@embuguacu.sp.leg.br)



# CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

- Indicação 191/2026 - a Secretaria de Infraestrutura, serviços de limpeza na Estrada de Acesso ao Monte do Jardim São Paulo.
- Indicação 192/2026 - a Secretaria de Infraestrutura, motonivelamento, limpeza e roçada no Bairro Jardim Tropical.
- Indicação 193/2026 - À Secretaria de Infraestrutura, motonivelamento na Rua Salvino Antonio Pires.
- Indicação 194/2026 - Secretaria de Infraestrutura, incluir no cronograma de serviços de tapa buracos, na Rua Paulino Vieira da Silva
- Indicação 195/2026 - a Secretaria de Educação, serviços de motonivelamento, e cascalhamento as vias de acesso a EM PAIOL VELHO.

#### 4. Proposituras de autoria do Vereador Elton Camargo Corrêa

- Projeto de Lei nº 023/2026 - Institui a Política Municipal de Acompanhamento de Estudantes com Diabetes Mellitus Tipo 1 na rede pública de ensino do Município de Embu-Guaçu e dá outras providências.
- Indicação 196/2026 - Ao Prefeito - manutenção Viária na Rua Indaiá
- Indicação 197/2026 - Ao Prefeito - Manutenção Viária e Limpeza Urbana na Rua Manoela Cossas Mota no bairro Vale Tranquilo.
- Indicação 198/2026 - Ao Prefeito e SABESP - verificação do sistema de saneamento básico na Rua Andiroba
- Indicação 199/2026 - Ao Prefeito - Manutenção Viária na Rua Manoel Joaquim de Oliveira
- Indicação 200/2026 - Ao Prefeito - Manutenção de Iluminação Pública na Rua José Caetano de Luna

#### 5. Proposituras de autoria do Vereador Isaías Coelho

- Requerimento 117/2026 - Requerimento ao Exmo. Secretário Municipal de Cultura e Turismo, Everton da Silva Rodrigues, solicitando informações sobre o Morenos Park.
- Indicação 201/2026 - À Secretaria Municipal de Infraestrutura - manutenção, conservação e limpeza da praça Waldomiro Vasconcelos.
- Indicação 202/2026 - À Secretaria Municipal de Infraestrutura - manutenção na rua Antônio Pereira da Silva.
- Indicação 203/2026 - À Secretaria Municipal de Infraestrutura - manutenção, limpeza e motonivelamento na rua Kendi Nakaharada.

#### 6. Proposituras de autoria do Vereador Joãozinho do Cavalo

*Documento assinado eletronicamente nos termos da legislação vigente.*

Rua Emília Pires, 135 - Embu-Guaçu - SP - CEP 06900-130  
Telefone: 4662-1650 - e-mail [camara@embuguacu.sp.leg.br](mailto:camara@embuguacu.sp.leg.br)





# CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

- Indicação 204/2026 - Ao Secretário de Infraestrutura - roçada e limpeza urbana na Rua Maria Custódia Pires, localizada no bairro Flórida.
- Indicação 205/2026 - À SEMUTRANS - pintura de sinalização horizontal em lombada localizada na Estrada Municipal Basílio Vieira, em frente ao Mercado Maceh, no bairro do Sapateiro.
- Indicação 206/2026 - Ao Secretário de Infraestrutura - tapa buraco na Estrada Municipal Basílio Vieira, localizada no bairro Sapateiro, próximo ao Mercador Maceh.
- Indicação 207/2026 - À SEMUTRANS - pintura de sinalização horizontal nas lombadas e faixas de pedestres localizadas na extensão da Rua Manoel Pires de Moraes até o início da Estrada da Luminosa.

### 7. Proposituras de autoria do Vereador Lucas da Saúde

- Requerimento 118/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRADULAÇÃO para Carla Cristan Rodrigues Kassuga
- Indicação 208/2026 - Ao Secretário de Infraestrutura - cascalhamento na Rua Antônio José Branco- Itararé.

### 8. Proposituras de autoria do Vereador Maicon Siqueira

- Projeto de Lei nº 022/2026 - Dispõe sobre a denominação de Rua Pastor Josevan Oliveira a antiga Rua sem nome do bairro Parque Industrial.
- Projeto de Decreto Legislativo 036/2026 - Concede “Diploma de Aluno Destaque” ao estudante Alef Michel da Costa Paiva.
- Requerimento 119/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Adriana Valeriano Bueno.
- Requerimento 120/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Angelita Domingues Pedroso dos Santos.
- Requerimento 121/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Ana Celia da Silva Cardoso.
- Requerimento 122/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Aline de Oliveira Celari do Nascimento.
- Requerimento 123/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Beatriz Mazzeu da Silva Antunes.
- Requerimento 124/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para o Sr. Caio Pompeu Gomes Martins.
- Requerimento 125/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Caren Cristina Barbosa de Oliveira.

*Documento assinado eletronicamente nos termos da legislação vigente.*





# CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

- Requerimento 126/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Claudia da Silva Shyton.
- Requerimento 127/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Dagilza Santana de Oliveira.
- Requerimento 128/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Edneia Lopes Andrade de Souza.
- Requerimento 129/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Eliana Gonzaga de Souza Machado
- Requerimento 130/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Erika Yuliana Vera Zuniga.
- Requerimento 131/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Eva Pires Barbosa Monteiro.
- Requerimento 132/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Fernanda Cordeiro Pena.
- Requerimento 133/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Genilda Cosmo de Amorim.
- Requerimento 134/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para o Sr. Heberth Donato Oliveira de Moraes.
- Requerimento 135/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Juliana Aparecida Honorato.
- Requerimento 136/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Kawany Kelly da Silva Lacerda.
- Requerimento 137/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Kelly Cordeiro Silva.
- Requerimento 138/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Andrea da Silva Santos.
- Requerimento 139/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Viviane Cristina dos Santos Prado.
- Requerimento 140/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Vanderlea Oliveira Moura.
- Requerimento 141/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para o Sr. Sidmar Domingues Seródio.
- Requerimento 142/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para o Sr. Rogério Feliciano.
- Requerimento 143/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Renata Fernandes da Silva.

*Documento assinado eletronicamente nos termos da legislação vigente.*

Rua Emília Pires, 135 - Embu-Guaçu - SP - CEP 06900-130  
Telefone: 4662-1650 - e-mail [camara@embuguacu.sp.leg.br](mailto:camara@embuguacu.sp.leg.br)





# CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

- Requerimento 144/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Regina do Carmo M. de Oliveira.
- Requerimento 145/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Neusa Fátima Wiertrzykowski.
- Requerimento 146/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Michele da Silva Dutra.
- Requerimento 147/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Maria Solange Cordeiro Lopes.
- Requerimento 148/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Maria Madalena Domingues da Cruz.
- Requerimento 149/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para o Sr. Lucio Cardoso Alves Pimentel.
- Requerimento 150/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Lilian Galves Lopes Rodrigues.
- Requerimento 151/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Leticia Dias dos Santos.
- Requerimento 152/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Juliana Teixeira.
- Requerimento 153/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Juliana Luzia Porto da S. Cezarino.
- Requerimento 154/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Neusa Fátima Wiertrzykowski.
- Requerimento 155/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Renata Cordeiro Silva.
- Requerimento 156/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Evelyn Welsch.
- Requerimento 157/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Cylmara Giselle O. Gomes de Sousa.
- Requerimento 158/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Lenir Assunção da Lomba.
- Requerimento 159/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Liana de Moraes Domingues.
- Requerimento 160/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Adriana Aparecida da Silva.
- Requerimento 161/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Tatiana Gonçalves da Silva.
- Requerimento 162/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Silvia Cristina Gomes Vieira.

*Documento assinado eletronicamente nos termos da legislação vigente.*





# CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

- Requerimento 163/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Sandra Vieira de Moraes.
- Requerimento 164/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Rosemeire Cristina Bueno Vieira.
- Requerimento 165/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para o Sr. Roberto Francisco Damasco.
- Requerimento 166/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Noemia Domingues de Miranda.
- Requerimento 167/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Mara Cordeiro Guedes.
- Requerimento 168/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Luciana Aparecida Delfim das Dores.
- Requerimento 169/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Lilian Galves Lopes Rodrigues.
- Requerimento 170/2026 - VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO para a Sra. Edilaine Souza de Almeida.
- Indicação 209/2026 - Ao Secretário Municipal de Segurança e Transporte – SEMUTRANS a possibilidade de aumentar a altura dos redutores de velocidade localizados na Rodovia José Simões Louro Júnior, 4440, Valflor.
- Indicação 210/2026 - Ao Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, que verifique a possibilidade de promover cursos profissionalizantes e oficinas na região do bairro do Penteado.
- Indicação 211/2026 - Ao Secretário Municipal de Segurança e Transporte – SEMUTRANS que realize uma fiscalização na Rua Euclides Alves de Oliveira, nas proximidades do nº 51, bairro Flórida, onde há um veículo estacionado no local há considerável período, em situação que levanta indícios de irregularidade.
- Indicação 212/2026 - Ao Secretário Municipal de Infraestrutura, serviços de tapa-buraco na Estrada Municipal da Vila Cristina, no bairro Vila Cristina.
- Indicação 214/2026 - À empresa ENEL que verifique a possibilidade de substituição de dois postes de madeira localizados na Estrada Cecília Freiberge Maier, Chácara dos Amigos.

### 9. Proposituras de autoria do Vereador Vinicius do Mané

- Projeto de Decreto Legislativo 037/2026 - Concede Título de Cidadão Embu-guaçuense ao senhor Vadervino Barbosa de Queiroz- Berimbau.
- Indicação 215/2026 - À SEMUTRANS que estude a possibilidade de encaminhar viaturas da Guarda Civil Municipal (GCM) para a realização de patrulhamento no bairro Chácara dos Amigos

*Documento assinado eletronicamente nos termos da legislação vigente.*

Rua Emília Pires, 135 - Embu-Guaçu - SP - CEP 06900-130  
Telefone: 4662-1650 - e-mail [camara@embuguacu.sp.leg.br](mailto:camara@embuguacu.sp.leg.br)





# CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

- Indicação 216/2026 - Ao Prefeito - substituição das lâmpadas de iluminação pública por lâmpadas de LED- 18 (dezoito) lâmpadas na Rua João Marcelino Estevam, bairro Itororó, Cipó.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente comunicado para publicação.

Câmara Municipal de Embu-Guaçu, 2 de abril de 2026.

**Luiz Fernando Ferreira de Souza**  
**Secretário Legislativo**  
**Câmara Municipal de Embu-Guaçu**

*Documento assinado eletronicamente nos termos da legislação vigente.*

Rua Emília Pires, 135 - Embu-Guaçu - SP - CEP 06900-130  
Telefone: 4662-1650 - e-mail [camara@embuguacu.sp.leg.br](mailto:camara@embuguacu.sp.leg.br)

1Doc: Matéria Legislativa VETO - 011/2026 | Anexo: EXP\_0092026\_publicacao\_assinado.pdf (8/9)

Assinado por 1 pessoa: LUIZ FERNANDO FERREIRA DE SOUZA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cmembuguacu.1doc.com.br/verificacao/2E96-4A88-052F-C46D> e informe o código 2E96-4A88-052F-C46D





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2E96-4A88-052F-C46D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ LUIZ FERNANDO FERREIRA DE SOUZA (CPF 368.XXX.XXX-80) em 01/04/2026 10:05:03 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cmembuguacu.1doc.com.br/verificacao/2E96-4A88-052F-C46D>

**Matéria Legislativa VETO - 2- 011/2026**

**De:** Camila F. - DVLEG

**Para:** PGL - Procuradoria Geral do Legislativo

**Data:** 06/04/2026 às 13:03:32

Encaminha-se o presente processo à Procuradoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico, nos termos regimentais.

—

**Camila Roberta Ferreira**

**Agente de Serviços Legislativos e Serviços de Apoio ao Plenário**

**[div.legislativa@embuguacu.sp.leg.br](mailto:div.legislativa@embuguacu.sp.leg.br)**

## Matéria Legislativa VETO - 3- 011/2026

**De:** Rodrigo P. - PGL

**Para:** DVLEG - Divisão de Serviços Legislativos

**Data:** 04/05/2026 às 16:26:53

Emitido parecer jurídico, devolva-se o presente processo à Secretaria Legislativa para as providências regimentais subsequentes.

Pareer jurídico pela rejeição do veto .

—

**Rodrigo Vinícius Alberton Pinto**

*Procurador Geral*

### **Anexos:**

PARECER\_JURIDICO\_EM\_VETO\_11\_2026\_DO\_EXEC\_PL\_115\_2025\_CAMP\_MALHA.pdf

---

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
Rodrigo Vinícius Alberton ...	04/05/2026 16:27:04	1Doc RODRIGO VINÍCIUS ALBERTON PINTO CPF 114.XXX...

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cmembuguacu.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **4031-C398-D47E-FAF9**



PROCURADORIA GERAL

PARECER JURÍDICO

PARECER JURÍDICO EM VETO DO EXECUTIVO Nº 11/2026

Ref. PL 115/2025 – CAMPEONATO DE MALHA

### 1. RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica acerca do **Veto Integral** aposto pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ao **Autógrafo nº 016/2026**, derivado do Projeto de Lei nº 115/2025, de iniciativa parlamentar. A referida proposição visa instituir o "Campeonato Municipal de Malha" no Calendário Oficial de Eventos do Município de Embu-Guaçu.

Em suas razões de veto, o Poder Executivo alega, em síntese, a ocorrência de **inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa**. Argumenta que a matéria criaria despesa pública sem a devida indicação de fonte de custeio e que a organização de eventos esportivos seria atribuição privativa da administração, ferindo o princípio da separação dos poderes.

Vem a esta Procuradoria Geral para emissão de parecer técnico fundamentado, visando subsidiar a decisão do Plenário quanto à manutenção ou rejeição do referido veto.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

#### 2.1. Do Entendimento Consolidado pelo STF — Tema 917

A principal tese do Executivo repousa na premissa de que leis de iniciativa parlamentar não podem gerar despesas. Tal entendimento, contudo, encontra-se superado pela jurisprudência do **Supremo Tribunal Federal**. Ao julgar o **ARE 878.911 (Tema 917 de Repercussão Geral)**, a Suprema Corte fixou a seguinte tese:

"Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de seus servidores."

Portanto, a simples criação de despesa não é motivo suficiente para declarar a inconstitucionalidade de uma lei de iniciativa da Câmara, desde que esta não interfira na **gestão administrativa interna** do Executivo.

#### 2.2. Da Competência Legislativa e Interesse Local

A instituição de eventos esportivos e culturais no calendário oficial do município é matéria de nítido **interesse local**, conforme preceitua o *Art. 30, inciso I, da Constituição*



*Federal.* O Poder Legislativo possui competência concorrente para legislar sobre esporte e lazer, não havendo reserva de iniciativa absoluta ao Prefeito para tais temas.

### 2.3. Da Inexistência de Impacto Estrutural ou de Pessoal

Diferente do alegado no veto, o Autógrafo nº 016/2026 possui natureza **programática**. Analisando o texto da norma, verifica-se que:

1. **Não cria cargos ou funções:** O projeto não prevê a criação de novos postos de trabalho.
2. **Não exige contratações:** A execução do campeonato pode ser realizada pelo quadro de servidores já existente na Secretaria Municipal de Esportes.
3. **Não altera a estrutura administrativa:** Não há criação de secretarias, departamentos ou órgãos.
4. **Não gera demissão de pessoal:** A norma é silente e inócua quanto ao regime jurídico dos servidores.

Trata-se de **baixo custo operacional**, uma vez que a modalidade esportiva "Malha" utiliza infraestrutura simplificada e já disponível em diversos centros esportivos e comunidades do município. O impacto financeiro é irrisório e perfeitamente absorvível pelas dotações orçamentárias ordinárias destinadas ao fomento do esporte.

### 2.4. Da Natureza da Norma e Gestão Orçamentária

A inclusão no calendário oficial não obriga o Executivo a realizar gastos vultosos de imediato, mas sim estabelece uma diretriz de política pública. A execução financeira do evento ficará sempre adstrita à disponibilidade de caixa e ao planejamento da Secretaria competente, respeitando a discricionariedade administrativa.

## 3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria Geral conclui que o veto integral padece de fundamentação jurídica válida frente à jurisprudência atual do STF (Tema 917). O projeto de lei em tela não invade a esfera de gestão privativa do Prefeito, limitando-se a exercer a competência legislativa em matéria de interesse local e fomento ao esporte.

Pelo exposto, este órgão consultivo opina pela **REJEIÇÃO DO VETO INTEGRAL**, recomendando a manutenção do Autógrafo nº 016/2026 por sua plena constitucionalidade, legalidade e regularidade jurídica.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Embu-Guaçu, 29 de abril de 2026

**RODRIGO VINÍCIUS ALBERTON PINTO**

Procurador da Câmara Municipal

## **Matéria Legislativa VETO - 4- 011/2026**

**De:** Camila F. - DVLEG

**Para:** CCJR - Comissão de Constituição, Justiça e Redação

**Data:** 04/05/2026 às 16:35:56

Encaminha-se o presente Processo Legislativo às Comissões Permanentes competentes, para análise e emissão dos respectivos pareceres, nos termos regimentais.

—

**Camila Roberta Ferreira**

**Agente de Serviços Legislativos e Serviços de Apoio ao Plenário**

**[div.legislativa@embuguacu.sp.leg.br](mailto:div.legislativa@embuguacu.sp.leg.br)**

**Matéria Legislativa VETO - 5- 011/2026**

**De:** Luiz S. - CCJR

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 05/05/2026 às 10:20:21

Luiz Fernando Ferreira de Souza  
Secretário Legislativo  
Câmara Municipal de Embu-Guaçu

**Anexos:**

1572026\_Parecer\_VET\_0112026\_CCJR.pdf

---

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Douglas Conceição dos Sant...	08/05/2026 10:54:53	1Doc	DOUGLAS CONCEIÇÃO DOS SANTOS CPF 273.XXX.XXX...
Marcia Aparecida de Almeid...	08/05/2026 10:58:16	1Doc	MARCIA APARECIDA DE ALMEIDA CPF 272.XXX.XXX-...
Antônio Filho Botelho	08/05/2026 11:14:04	1Doc	ANTÔNIO FILHO BOTELHO CPF 143.XXX.XXX-74

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cmembuguacu.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **794A-47FA-1E38-83E4**



### PARECER Nº 157/2026

*Comissão de Constituição, Justiça e Redação.*

#### **Veto nº 011/2026**

#### **Veto parcial ao Autógrafo nº 016/2026 – Projeto de Lei nº 115/2025**

#### **Autoria do Projeto: Vereador Maicon Siqueira**

#### **I – EMENTA**

Veto nº 011/2026 – Veto integral ao Autógrafo nº 016/2026, oriundo do Projeto de Lei nº 115/2025, de autoria do Vereador Maicon Siqueira, que institui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Embu-Guaçu o “Campeonato Municipal de Malha”.

#### **II – EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM EXAME**

Trata-se do Veto nº 011/2026, de autoria do Chefe do Poder Executivo, aposto integralmente ao Autógrafo nº 016/2026, decorrente do Projeto de Lei nº 115/2025, de iniciativa parlamentar, que institui o “Campeonato Municipal de Malha” no Calendário Oficial de Eventos do Município.

A proposição estabelece objetivos de valorização do esporte tradicional, integração social e incentivo ao lazer, prevendo que a realização do evento poderá contar com apoio da Administração Pública Municipal, inclusive quanto à infraestrutura, logística e divulgação.

O veto integral fundamenta-se em parecer jurídico do Executivo que aponta vício de iniciativa, por suposta ingerência na organização administrativa, bem como ausência de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, em afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por sua vez, a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal manifestou-se pela rejeição do veto, entendendo que a matéria se insere na competência legislativa municipal, não havendo invasão da esfera administrativa, além de tratar-se de norma de caráter programático e de baixo impacto financeiro.



### III – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E REGIMENTAL

#### 1. Competência legislativa

A matéria objeto do projeto insere-se no âmbito do interesse local, conforme dispõe o art. 30, inciso I, da Constituição Federal, ao tratar da promoção de atividades esportivas, culturais e de lazer no Município.

A Lei Orgânica Municipal, em seu art. 6º, inciso V, autoriza o Município a promover serviços e políticas públicas de interesse local, incluindo iniciativas de fomento ao esporte e à cultura, enquanto o art. 11 legitima a atuação legislativa da Câmara Municipal sobre tais matérias.

#### 2. Iniciativa

O veto sustenta a existência de vício de iniciativa, ao argumento de que a proposição interferiria na organização administrativa do Executivo.

Entretanto, o conteúdo normativo do projeto limita-se a instituir evento no calendário oficial, sem criar órgãos, cargos, funções ou alterar a estrutura administrativa.

A previsão de que o evento “poderá contar com o apoio da Administração” não configura imposição direta, mas mera diretriz programática, preservando a discricionariedade do Poder Executivo quanto à execução.

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, especialmente o entendimento firmado no Tema 917, não há vício de iniciativa em leis de origem parlamentar que estabeleçam diretrizes ou políticas públicas, desde que não interfiram na estrutura administrativa ou no regime jurídico de servidores.

Assim, não se verifica inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa.

#### 3. Constitucionalidade material



Sob o aspecto material, a norma visa fomentar o esporte, valorizar manifestações culturais e promover a integração social, objetivos compatíveis com os princípios constitucionais e com o interesse público.

Não há afronta ao princípio da separação dos poderes, pois o projeto não impõe obrigação concreta e imediata ao Executivo, tampouco retira sua autonomia administrativa.

A instituição de eventos no calendário oficial constitui prática legislativa consolidada, reconhecida como instrumento legítimo de política pública.

#### **4. Impacto orçamentário e Lei de Responsabilidade Fiscal**

O fundamento do veto também aponta ausência de estimativa de impacto orçamentário.

Todavia, o projeto não cria despesa obrigatória, limitando-se a autorizar eventual apoio do Executivo, condicionado à legislação vigente e à disponibilidade orçamentária.

A realização do evento poderá ocorrer mediante planejamento administrativo e utilização de estruturas já existentes, não configurando criação direta de despesa.

Dessa forma, não se caracteriza afronta aos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### **5. Técnica legislativa**

O texto apresenta adequada técnica legislativa, com definição clara do objeto, objetivos e diretrizes, além de prever a possibilidade de parcerias e regulamentação, em conformidade com a Lei Complementar nº 95/1998.

Não se identificam vícios de redação ou inconsistências normativas.

#### **6. Síntese técnica**



# CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

A análise jurídica evidencia que a proposição trata de matéria de competência municipal, não apresenta vício de iniciativa, possui caráter programático, não impõe despesa obrigatória e não invade a esfera de gestão administrativa do Executivo.

As razões do veto não se sustentam à luz da Constituição Federal, da Lei Orgânica e da jurisprudência consolidada.

### IV – CONCLUSÃO DO RELATOR

Diante do exposto, esta Relatoria acompanha o parecer da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, que opinou pela rejeição do veto.

Conclui-se que o Projeto de Lei nº 115/2025 é de competência municipal, não apresenta vício de iniciativa, não contém inconstitucionalidade material, não afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal, observa a técnica legislativa e encontra-se em conformidade com o ordenamento jurídico.

Sala das Comissões, Vereador Francisco José Luchetta, na data da assinatura digital.

**Douglas da Analice**  
**Vereador – SOLIDARIEDADE**  
Relator – CCJR

### V – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos regimentais, acompanha o voto do Relator e delibera pela emissão de **PARECER CONTRÁRIO AO VETO Nº 011/2026**, opinando por sua rejeição.

Sala das Comissões, Vereador Francisco José Luchetta, na data da assinatura digital.



# CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

**Douglas da Analice**  
**Vereador – SOLIDARIEDADE**  
Presidente

**Toninho Valflor**  
**Vereador – UNIÃO BRASIL**  
Membro

**Marcia Almeida**  
**Vereadora - PODEMOS**  
Membro

**Matéria Legislativa VETO - 6- 011/2026**

**De:** Camila F. - DVLEG

**Para:** DVLEG - Divisão de Serviços Legislativos

**Data:** 19/05/2026 às 10:12:37

Matéria incluída na 16ª Ordem do Dia.

Memorando 468/2026 - EDITAL nº 017-2026 - Ordem do Dia 16ªOrd

—

**Camila Roberta Ferreira**

**Agente de Serviços Legislativos e Serviços de Apoio ao Plenário**

**div.legislativa@embuguacu.sp.leg.br**

## Memorando 468/2026

**De:** Camila F. - DVLEG

**Para:** GABPRE - Gabinete da Presidência

**Data:** 19/05/2026 às 08:44:44

**Setores (CC):**

GABPRE, SECLEG

Encaminho para assinatura o EDITAL nº 017/2026, referente à Ordem do Dia da 16ª Sessão Ordinária.

–

**Camila Roberta Ferreira**

**Agente de Serviços Legislativos e Serviços de Apoio ao Plenário**

[div.legislativa@embuguacu.sp.leg.br](mailto:div.legislativa@embuguacu.sp.leg.br)

### **Anexos:**

EDITAL\_0172026\_Ordem\_do\_Dia\_16\_Ord.pdf

---

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
João Domingues Mendes	19/05/2026 09:04:55	1Doc JOÃO DOMINGUES MENDES CPF 295.XXX.XXX-90
Luiz Fernando Ferreira de ...	19/05/2026 09:10:43	1Doc LUIZ FERNANDO FERREIRA DE SOUZA CPF 368.XXX...

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cmembuguacu.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **A5B1-238C-046A-DB51**



### EDITAL Nº 017/2026

*ORDEM DO DIA – 16ª Sessão Ordinária*

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU**, no uso de suas atribuições regimentais, especialmente a prevista no art. 12 da Resolução nº 001/91, organiza a seguinte **ORDEM DO DIA**, para 16ª Sessão Ordinária, a ser realizada em 21 de maio de 2026, às 10h00min no Plenário Benedito Roschel de Moraes:

1. **VETO nº 004 de 2026** - VETO Integral ao Autógrafo de Lei nº 004/2026 referente ao Substitutivo nº 001/2025 ao Projeto de Lei nº 082/2025, de autoria do Vereador Maicon Siqueira. **Autor:** Chefe do Poder Executivo.
2. **VETO nº 005 de 2026** - – VETO Integral ao Autógrafo de Lei nº 007/2026 referente ao Projeto de Lei nº 088-2025, de autoria do Vereador David Reis. **Autor:** Chefe do Poder Executivo.
3. **VETO nº 007 de 2026** – VETO Integral ao Autógrafo de Lei nº 009/2026 referente ao Projeto de Lei nº 092/2025, de autoria do Vereador Joãozinho do Cavalo. **Autor:** Chefe do Poder Executivo.
4. **VETO nº 008 de 2026** - VETO Integral ao Autógrafo de Lei nº 011/2026 referente ao Projeto de Lei nº 095/2025, de autoria do Vereador Carlos Tatto. **Autor:** Chefe do Poder Executivo.
5. **VETO nº 011 de 2026** - VETO Integral ao Autógrafo de Lei nº 016/2026 referente ao Projeto de Lei nº 115/2025, de autoria do Vereador Maicon Siqueira. **Autor:** Chefe do Poder Executivo.
6. **VETO nº 012 de 2026** - VETO Integral ao Autógrafo de Lei nº 017/2026 referente ao Projeto de Lei nº 117/2025, de autoria do Vereador Engenheiro Barros. **Autor:** Chefe do Poder Executivo.
7. **VETO nº 013 de 2026** - VETO Integral ao Autógrafo de Lei Nº 020/2026 referente ao Projeto de Lei nº 085/2025, de autoria do Vereador Elton Camargo Corrêa. **Autor:** Chefe do Poder Executivo.



# CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

8. **PROJETO DE LEI nº 001 de 2026** - Cria o Programa e a Semana Municipal de Combate à Psicofobia. **Autor:** Vereador Lucas da Saúde.
9. **PROJETO DE LEI nº 003 de 2026** - Cria a Campanha Permanente de Combate ao Sedentarismo no Município de Embu-Guaçu. **Autor:** Vereador Maicon Siqueira.

Embu-Guaçu, na data da assinatura digital.

João Domingues Mendes  
**Presidente**  
**Assinado digitalmente**

Luiz Fernando Ferreira De Souza  
**Secretário Legislativo**  
**Assinado digitalmente**

Publicado e registrado na Secretaria da Câmara Municipal de Embu-Guaçu, na data da assinatura digital.